



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SAÚDE
REQUERIMENTO Nº , DE 2024
(Da Sra. Carmen Zanotto e do Sr. Alex Manente)

*Requer a realização de Audiência Pública para
debater sobre as condições de atendimento às gestantes e
puérperas no Hospital da Mulher de São Bernardo do Campo
(SP), diante das constantes denúncias de negligência e
violência obstétrica.*

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 24, III c/c art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de reunião de Audiência Pública, no âmbito desta comissão com o objetivo de debater sobre as condições de atendimento às gestantes e puérperas no Hospital da Mulher de São Bernardo do Campo (SP), diante das constantes denúncias de negligência e violência obstétrica.

Para tanto, solicito que sejam convidados a participar dessa audiência pública os seguintes convidados:

- Representante do Ministério da Saúde;
- Sr. Geraldo Reple Sobrinho - Secretário de Saúde de São Bernardo do Campo (SP);
- Representante Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP);
- Dra. Valéria Eunice Mori Machado - Advogada e criadora do método de autodefesa jurídica para gestantes;
- Sra. Raíssa Falosi - Vítima de violência obstétrica no Hospital da Mulher de São Bernardo do Campo (SP);
- Sra. Eliza Cristina Grana Batista - Vítima de violência obstétrica no Hospital da Mulher de São Bernardo do Campo (SP).

JUSTIFICATIVA

A violência obstétrica ou violência contra a gestante é um tipo de violência contra a mulher, praticada pelos profissionais da saúde, que se caracteriza pelo desrespeito à mulher, à sua autonomia, ao seu corpo e aos seus processos reprodutivos, podendo manifestar-se por meio de violência verbal, física ou sexual e pela adoção de intervenções e procedimentos desnecessários e/ou sem evidências científicas. Afeta negativamente a qualidade de vida das mulheres, ocasionando abalos emocionais, traumas, depressão, dificuldades na vida sexual, morte materna entre outros. É, em suma, o tratamento desumanizado conferido às mulheres no parto.

Após uma série de denúncias no primeiro semestre deste ano, novos casos de negligência e violência obstétrica no Hospital da Mulher de São Bernardo do Campo, em São Paulo, são relatados. Familiares denunciam mais quatro episódios, sendo dois óbitos,





e duas lesões, uma em recém-nascido e outra em gestante. Em todas as ocorrências, as denunciantes alegam mau atendimento da equipe médica, demora para realização dos partos e imposição ao parto normal.

O caso mais recente ocorreu no dia 4 de novembro deste ano, com uma gestante de 15 anos. Segundo informações da tia da adolescente, Tiane Alves Sousa, 25 anos, a menina deu entrada no Hospital da Mulher com 39 semanas, após realizar exames de cardiotocografia e ultrassonografia no Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher e a médica responsável solicitar atendimento de emergência devido à diminuição da movimentação do bebê durante os exames. Ao chegar à unidade, a paciente estava com pressão alta (14/5) e, após repetir avaliação médica, foi constatado mecônio (primeiras fezes do recém-nascido) no útero. A bolsa da gestante estourou por volta das 14h30, e a equipe médica teria informado à família que o parto por cesariana deveria ocorrer em no máximo uma hora. Porém, ao subir para a maternidade, outros profissionais colocaram a adolescente no soro, com duração de 13 horas e teriam tentado induzir o parto normal.

Revoltados com a demora, familiares acionaram a polícia e a direção do hospital. Após quatro horas, por volta das 18h, foi realizada a cesária e o bebê foi levado diretamente para UTI, onde ficou por seis horas. A equipe médica não informou à família o estado de saúde do recém-nascido e, por volta das 23h, foi anunciado o óbito do bebê – sem causa da morte.

No atestado de óbito também não foi identificada a causa da morte. E somente após a publicação do caso nas redes sociais, o hospital agendou reunião com os familiares da adolescente. A família registrou Boletim de Ocorrência no 1º DP (Distrito Policial) de São Bernardo do Campo.

Outro caso divulgado pela mídia em junho deste ano, ocorreu com uma jovem de 28 anos que perdeu seu primeiro filho após realizar parto no hospital. A paciente deu entrada na unidade no dia 12, com 33 semanas e com cinco centímetros de dilatação, após sentir dores e ter sangramento em casa. Diagnosticada com diabetes e pressão alta, ela disse que o parto deveria ser por cesariana devido aos riscos à sua saúde e a do bebê. No entanto, tentaram induzir o parto normal. Após várias tentativas, perceberam que não ia dar porque o bebê era grande e decidiram fazer a cesária com fórceps. A criança nasceu às 7h05 e só foi vista pela mãe às 23h, já sem vida. A equipe médica informou à paciente que a causa do óbito teria sido parada cardíaca. Porém, no atestado de óbito do Instituto Médico Legal havia a descrição de morte por traumatismo cranioencefálico. Durante o reconhecimento do corpo, a mãe identificou que a cabeça do recém-nascido estava machucada, a clavícula quebrada e os olhos e os braços tinham hematomas.

Além dos óbitos, outras gestantes relataram lesões graves, situações diversas de violência contra a gestante ocasionados durante os partos no Hospital da Mulher de São Bernardo do Campo.

Históricos absurdos como o da gestante que desmaiou depois de ter recebido duas doses de anestesia e ser levada à UTI. Ela passou por uma cesárea de emergência e morreu na semana seguinte. Neste ano, a imprensa local mostrou uma série de outras acusações de negligência e violência contra a gestante no Hospital da Mulher de São Bernardo do Campo. À época, foram denunciados nove casos, com seis mortes envolvidas, sendo de quatro bebês e de duas gestantes. Após a divulgação das ocorrências, em abril deste ano, o secretário de Saúde do Município, Geraldo Reple Sobrinho, instaurou um comitê técnico para apurar as denúncias de erros médicos na unidade.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

De acordo com os esclarecimentos obtidos em agosto, após um mês de apuração, de 19 de abril a 20 de maio, a sindicância concluiu os trabalhos e teria identificado falhas relacionadas ao exercício profissional. A resposta da Secretaria de Saúde do Município também afirmou que “foram identificadas fragilidades em alguns protocolos assistenciais na unidade” e que “foram feitas propostas de melhoria para fortalecimento das barreiras de segurança já existentes e sugerida a adoção de outras”.

Entretanto, em resposta a um novo pedido respondido em outubro, a Prefeitura de São Bernardo do Campo informou que apenas um enfermeiro foi demitido em decorrência das denúncias. Porém, na primeira justificativa, enviada em agosto, teria sido confirmado o desligamento de mais de um funcionário.

Dados da Fundação Perseu Abramo mostram que uma em cada quatro mulheres já sofreu violência obstétrica no Brasil. Segundo a pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, divulgada em 2010 em parceria com o Sesc, os tipos mais comuns de violência durante o parto são gritos, procedimentos dolorosos sem consentimento ou informação, falta de analgesia e negligência.

Já a pesquisa “Nascer no Brasil”, da Fiocruz, ouviu quase 24 mil mulheres entre 2011 e 2012, e observou que 30% das mulheres atendidas em hospitais privados sofreram violência obstétrica. No SUS, a taxa foi de 45%. É preciso mudar o paradigma de atendimento, independentemente se é feito no serviço público ou privado de saúde

A situação do hospital em questão se mostra alarmante e precisa de intervenção imediata. Estamos lidando com vidas e a situação precisa ser totalmente esclarecida e dada as devidas responsabilidades. Para dar voz a algumas dessas vítimas e evitar que novas sejam feitas, sem uma resposta adequada por parte das autoridades envolvidas.

Nesse sentido e para buscarmos aprimoramento e celeridade para a resolução da questão é que solicitamos a oportunidade deste debate.

Sala das Comissões, em de novembro de 2024.

Deputada Carmen Zanotto
CIDADANIA/SC

Deputado Alex Manente
CIDADANIA/SP





Requerimento **(Da Sra. Carmen Zanotto)**

Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre as condições de atendimento às gestantes e puérperas no Hospital da Mulher de São Bernardo do Campo (SP), diante das constantes denúncias de negligência e violência obstétrica.

Assinaram eletronicamente o documento CD241638980600, nesta ordem:

- 1 Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA/SC) - Fdr PSDB-CIDADANIA
- 2 Dep. Alex Manente (CIDADANIA/SP)

